



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

<b>Processo</b>	221/2025
<b>Origem/Interessado</b>	Câmara Municipal de Primavera do Leste
<b>Assunto</b>	PLO nº 1.822 Institui o Programa de Empreendedorismo para pessoas idosas.
<b>Parecer nº</b>	309/2025/PGCM
<b>Local e Data</b>	Primavera do Leste/MT, 01 de outubro de 2025
<b>Procurador-Geral</b>	Jefferson Lopes da Silva

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO CONSTITUCIONAL. PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 1.822/2025 INSTITUI O PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO PARA PESSOAS IDOSAS. PARECER FAVORÁVEL.**

## I – RELATÓRIO

Trata-se de análise do **Projeto de Lei Ordinária nº 1.822/2025**, de iniciativa da nobre Vereadora **Gislaine Alves Yamashita**, que institui o Programa de Empreendedorismo para pessoas idosas, o âmbito municipal.

Assim conforme prevê o artigo 226, § único do Regimento Interno da Câmara Municipal de Primavera do Leste/MT, passo a realizar a análise técnico-jurídico da presente Proposição.

## II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### II.a DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

## II.b DA INICIATIVA E LEGALIDADE

Ao analisar a matéria em questão, cumpre inicialmente destacar a relevância do exame da competência legislativa e da iniciativa das proposições, uma vez que tais aspectos constituem requisitos formais indispensáveis à regularidade do processo legislativo. A observância desses parâmetros, previstos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara, garante a legitimidade dos atos normativos e a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Nesse sentido:

**Art. 34. LOM. O processo legislativo compreende a elaboração de:**

I - emendas à Lei Orgânica do Município; II - consolidação de leis;  
III - leis complementares; IV - leis ordinárias; V - leis delegadas; VI -  
medidas provisórias; VII - decretos legislativos; VIII - resoluções.

**Art. 30. CF/88. Compete aos Municípios:**

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

**Art. 8º. LOM. Compete ao Município:**

*I – legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive concorrentemente com a União e o Estado;*

**Art. 37. LOM. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.**

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

*I - fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;*

*II - disponham sobre: a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e fixação de sua remuneração; b) Servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, disponibilidade e aposentadoria; c) Criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal; d) Estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais;*





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

e) Criação e definição das áreas de atuação de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Dessa forma, verifica-se que a iniciativa encontra respaldo nas disposições da Lei Orgânica Municipal, respeitando as hipóteses de competência privativa e corrente estabelecidas para cada Poder. Conclui-se, portanto, que a proposição está formalmente adequada, **NÃO APRESENTANDO VÍCIO DE INICIATIVA** que impeça sua regular tramitação no âmbito legislativo.

### **III – CONCLUSÃO**

Assim, opino **FAVORÁVEL** ao trâmite regular do presente feito.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 01 de outubro de 2025.

  
**JEFFERSON LOPES DA SILVA**  
*Procurador-Geral da Câmara Municipal*